

ROUSSEAU E A REVOLUÇÃO FRANCESA: TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS EM PERSPECTIVA HISTÓRICA



ROUSSEAU AND THE FRENCH REVOLUTION: SOCIAL TRANSFORMATIONS IN HISTORICAL PERSPECTIVE

ELMA BARBOSA DA SILVA LUCA

Graduação em Pedagogia pelo Centro Universitário Hermínio Ometto em 2003. Licenciada em Artes Visuais pela Universidade Metropolitana de Santos em 2011. Pós-Graduação em Gestão Escolar pelo Instituto Japi em 2007. Licenciada em Educação Especial pelo Centro Universitário Cidade Verde. Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental na E.M.E.F. Fernando Gracioso, Prefeitura de São Paulo.

RESUMO

A Revolução Francesa, considerada uma das maiores revoluções na história da humanidade, e que causou impactos nos campos político, filosófico, educacional, social, entre outros. Ademais, Robespierre, como líder da Revolução Francesa, almejou a mudança na vida das pessoas e desafiou o soberano, vale destacar que ele era influenciado pelas ideias de Rousseau. Sendo assim, o presente estudo tem o intuito de analisar as transformações sociais, políticas e econômicas promovidas pela Revolução Francesa, destacando sua influência nos movimentos revolucionários globais e sua relevância como marco histórico na construção de sociedades baseadas nos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade. Este estudo é uma revisão bibliográfica. Rousseau e Robespierre influenciaram cabalmente os rumos da história local e global, por conseguinte pairou um novo movimento que busca dignidade e justiça.

Palavras-chave: Rousseau; Robespierre; Revolução Francesa.

ABSTRACT

The French Revolution, considered one of the greatest revolutions in human history, had impacts on the political, philosophical, educational, and social spheres, among others. Furthermore, Robespierre, as the leader of the French Revolution, sought to change people's lives and challenged the sovereign.

It is worth noting that he was influenced by Rousseau's ideas. Therefore, this study aims to analyze the social, political, and economic transformations promoted by the French Revolution, highlighting its influence on global revolutionary movements and its relevance as a historical milestone in the construction of societies based on the principles of liberty, equality, and fraternity. This study is a literature review. Rousseau and Robespierre significantly influenced the course of local and global history, thus giving rise to a new movement seeking dignity and justice.

Keywords: Rousseau; Robespierre; French Revolution.

INTRODUÇÃO

É sabido que Jean-Jacques Rousseau influenciou a Revolução Francesa. Esta considerada, uma das maiores revoluções na história da humanidade, e que causou impactos nos campos político, filosófico, educacional, social, entre outros. Ademais, Robespierre, como líder da Revolução Francesa era influenciado pelas ideias de Rousseau. Sendo assim, o presente estudo tem o intuito de Analisar as transformações sociais, políticas e econômicas promovidas pela Revolução Francesa, destacando sua influência nos movimentos revolucionários globais e sua relevância como marco histórico na construção de sociedades baseadas nos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade. Este estudo é uma revisão bibliográfica.

DESENVOLVIMENTO

A IDEOLOGIA DE JEAN-JACQUES ROUSSEAU

Por séculos, na Europa Ocidental, prevaleceu um determinado estilo de pensamento a respeito das questões humanas. Sob a influência da Igreja católica, os escritos clássicos gregos e romanos foram cuidadosamente recuperados e estudados, e intelectuais de destaque como Agostinho de Hipona e Tomás de Aquino foram responsáveis por redescobrir pensadores antigos. Uma abordagem escolástica, tratando a história e a sociedade como imutáveis e os propósitos mais elevados da moralidade como sendo fixados por Deus, dominou a maneira de pensar sobre a sociedade. Foram necessários os levantes associados ao desenvolvimento do capitalismo e da vida urbana para começar a romper essa abordagem (HUNT, 1989).

No século XVI, Nicolau Maquiavel, numa ruptura radical com o passado, virou a tradição escolástica de ponta-cabeça com *O príncipe*, usando exemplos antigos não para estabelecer um guia para a vida moral, mas para demonstrar como desempenhar, de forma cínica, mas eficiente, o governo do Estado e a política. Thomas Hobbes, ao escrever *Leviatã* durante a Guerra Civil inglesa de meados do século XVII, usou o método científico da dedução, em vez da leitura de textos antigos,

para defender a necessidade de um Estado forte para preservar a segurança do povo (MICHELET, 1989).

No entanto, foi Jean-Jacques Rousseau, um idiossincrático exilado suíço de Genebra, cuja vida pessoal escandalizava a sociedade bem-educada, quem propôs a mais radical ruptura com o passado. As Confissões autobiográficas de Rousseau, publicadas após sua morte, revelam que foi durante sua estada no porto italiano de Veneza - enquanto trabalhava como secretário diplomático e era mal pago decidiu que "tudo dependia que ele inteiramente da política". As pessoas não eram más por natureza, mas poderiam ficar assim sob maus governos. As virtudes que viu em Genebra e os vícios em Veneza em especial, o triste declínio da cidade-estado em relação ao seu glorioso passado teriam sua origem não no caráter, mas nas instituições (DOYLE, 1999).

Em *Discurso sobre a Desigualdade*, de 1754, Rousseau rompeu com a filosofia política anterior. Os gregos antigos e outros escritos sobre a sociedade, incluindo Ibn Khaldun no século XIV, viam os processos políticos como sujeitos às suas próprias leis, operando com uma natureza humana imutável. Os gregos, em especial, tinham uma visão cíclica da mudança política, na qual modos de governo virtuosos ou bons monarquia, democracia ou aristocracia degenerariam em várias formas de tirania antes de o ciclo novamente se renovar. A sociedade, por si, não mudava, só a sua forma de governo (RUDE, 2007).

Rousseau discordava. Se, conforme ele dizia, a sociedade podia ser moldada por suas instituições políticas, não haveria, na teoria, nenhum limite para a habilidade da ação política em transformar a sociedade em algo melhor.

Essa afirmação marcou Rousseau como um pensador distintamente moderno. Ninguém antes dele havia pensado de modo sistemático na sociedade como algo separado de suas instituições políticas, como uma entidade que poderia, ela mesma, ser estudada e mudada pela ação. Rousseau foi o primeiro, mesmo entre os filósofos do Iluminismo, a raciocinar em termos de relações sociais (LEFEBVRE, 2010). Essa nova teoria clamava por uma pergunta óbvia: se a sociedade estava aberta para a mudança política, por que, então, ela era tão imperfeita?

Rousseau ofereceu, uma vez mais, uma resposta excepcional, que escandalizou seus colegas filósofos. Como ponto de partida, ele pediu que considerássemos os humanos sem a sociedade. Thomas Hobbes dizia que tais pessoas seriam selvagens, com uma existência "pobre, sórdida, embrutecida e curta", mas Rousseau defendia o oposto disso. Os seres humanos longe da sociedade eram bem-dispostos, felizes, contentes com o seu estado de natureza. Somente dois princípios os guiavam: o primeiro, um amor-próprio natural e um desejo de autopreservação; o segundo, uma compaixão pelos outros seres humanos. A combinação dos dois garantia que a humanidade se reproduzisse, geração após geração, numa existência próxima dos outros animais. Essa condição feliz acabou, no entanto, pela criação da sociedade civil e, em particular, pelo desenvolvimento da propriedade privada. O advento dessa impôs uma desigualdade imediata à humanidade, que nunca havia existido, entre aqueles que a possuíam e os que não a possuíam. Ao instituir essa desigualdade, a propriedade privada fundamentou mais divisões na sociedade entre o amo e o

escravo, e as separações em famílias. Na base dessas novas divisões, garantiu um mecanismo pelo qual um amor-próprio natural se transformou num destrutivo culto ao ego, agora guiado pela inveja e o orgulho e capaz de se voltar contra outros seres humanos. Tornou-se possível possuir, adquirir e julgar-se em relação aos outros tendo por base a riqueza material. A sociedade civil era o resultado da divisão e do conflito em oposição à harmonia natural (FURET, 1989).

Rousseau baseou-se nesse argumento em Contrato social, publicado em 1762. "O homem nasce livre e, por toda a parte, é posto a ferros", escreveu. Se, por um lado, em seus primeiros escritos o tom é sombrio em sua oposição à sociedade convencional, em Contrato social ele busca oferecer os fundamentos positivos para a política. Assim como seus antecessores Hobbes e Hugo Grócio, Rousseau viu o surgimento de um poder soberano na sociedade como resultado de um contrato social. O povo podia abrir mão de seus próprios direitos em favor do governo, entregando toda a sua liberdade a um soberano em troca segundo Hobbes de segurança e proteção dadas pelo rei. Hobbes dizia que a vida sem um soberano empurrava a humanidade de volta ao vil estado de natureza. Ao abrir mão de um pouco de liberdade em particular, a liberdade de usar a força e jurando obediência, um povo poderia garantir a paz, já que o soberano daria fim às disputas e se encarregaria dos castigos (SCHAMA, 1989).

Rousseau rejeitava tal argumento. Era impossível, pensava, para qualquer pessoa ou grupo entregar sua liberdade sem com isso renunciar a sua própria humanidade, acabando assim com a moral. Um soberano não poderia ter autoridade absoluta, já que era impossível para um homem livre escravizar a si mesmo. Ao estabelecer um governante acima da sociedade.

Para Rousseau, o contrato social imaginado por Hobbes era uma armadilha dos ricos contra os pobres - não haveria outra forma de os pobres concordarem com uma situação na qual o contrato social preservava a desigualdade (GODECHOT, 1989).

As sociedades que existiam, então, não foram formadas no estado de natureza, derivando sua legitimidade de melhorias que se deram a partir daquela época. Rousseau defendia, em vez disso, que elas foram formadas após o abandono do estado de natureza e o estabelecimento dos direitos de propriedade com suas desigualdades. Uma vez instituídos os direitos de propriedade, haveria conflitos quanto à distribuição desses. Foram a sociedade civil e a propriedade que levaram à guerra, e o Estado foi o agente que instaurou os conflitos (RUDE, 2007).

O que Rousseau oferecia no Contrato social era a possibilidade de essa situação calamitosa se transformar no seu oposto. O Estado e a sociedade civil eram um peso sobre os indivíduos, privando-os da liberdade natural. Mas eles poderiam ser transformados em extensões positivas de nossa liberdade se as instituições políticas e a sociedade fossem organizadas de modo eficiente. O contrato social, em vez de ser um pacto escrito por medo de nossa natureza má, poderia ser estabelecido na esperança de melhorarmos a nós mesmos. O estado de natureza talvez tenha sido livre, mas ele implicava que as pessoas não tivessem ideais mais elevados que seus apetites animais. Desejos mais sofisticados somente poderiam aparecer fora do estado de natureza, na sociedade civil. Para alcançar isso, um novo tipo de contrato social seria firmado (HOBBSAWN, 2001).

Se Hobbes viu a lei apenas como uma limitação e a liberdade vinculada apenas à ausência da lei, Rousseau argumentou que as leis poderiam ser uma extensão de nossa liberdade, dado que aqueles subjugados à lei também eram os responsáveis por ela. A liberdade poderia ser conquistada dentro do Estado, e não fora dele. Para se chegar a isso, o povo inteiro teria de ser soberano. Um Estado legítimo oferece liberdade maior que aquela obtida no estado de natureza original. Para assegurar essa liberdade positiva, as pessoas também deveriam ser iguais. No mundo novo de Rousseau, liberdade e igualdade marcham juntas em vez de em caminhos opostos (HUNT, 1989).

Em Contrato social, Rousseau listou, em linhas gerais, muitas das exigências que serviriam de base para o desenvolvimento da esquerda na política pelos séculos seguintes: a crença de que a liberdade e a igualdade eram parceiras, não inimigas; a crença na habilidade da lei e do Estado de melhorarem a sociedade; e a crença no povo como a entidade soberana, a partir da qual o Estado ganhava sua legitimidade. Apesar da veemência de seu ataque à propriedade privada, Rousseau não era socialista. Ele acreditava que a abolição total da propriedade privada criaria um embate entre a liberdade e a igualdade, ao passo que uma distribuição razoavelmente justa da propriedade poderia reforçar a liberdade. Mais tarde, ele defendeu uma república agrária de pequenos fazendeiros. Mas, naquela época, as ideias de Rousseau eram radicais. Ao considerar o povo a fonte da soberania e ao igualar a soberania à igualdade, desafiou uma tradição existente no pensamento político ocidental (SOBOUL, 2008).

Rousseau não igualou essa ideia de soberania popular à própria democracia, pois temia que um governo democrático direto, que exigisse a participação de todos os cidadãos, estaria propenso à corrupção e à guerra civil. Na verdade, ele vislumbrava a soberania sendo investida nas assembleias populares capazes de delegar as tarefas de governo por meio de um novo contrato social ou constituição para um poder executivo. O povo soberano corporificaria a "vontade geral", uma expressão do consentimento popular. O governo do dia a dia, no entanto, dependeria de decisões específicas que exigiriam uma "vontade particular" (DOYLE, 1999).

A REVOLUÇÃO FRANCESA

No dia 14 de julho de 1789, uma turba parisiense enraivecida, buscando armas para defender sua cidade de um suposto ataque real, atacou a decadente fortaleza conhecida como Bastilha e matou seu diretor e seus guardas. Esse desacato violento do poder real se tornou o símbolo da Revolução Francesa, um movimento que tomou toda a França mas que também reverberou por todo o mundo. As ideias articuladas na revolução marcaram o começo do fim das monarquias absolutas na Europa e inspiraram sua derradeira substituição por governos mais democráticos (SCHAMA, 1989).

A Revolução Francesa foi planejada originalmente para varrer os privilégios aristocráticos e estabelecer um novo Estado baseado nos princípios iluministas de *liberté*, *égalité* e *fraternité*. Mas, apesar de ter começado, com um vento de otimismo, logo degenerou numa violência que se manteve

por muitos anos e só chegaria ao fim com a ditadura de Napoleão Bonaparte. Permanece uma história de confusão e caos, de uma colisão entre a velha ordem privilegiada, o ancien régime, e um novo mundo que lutou, às vezes com violência, para criar uma nova ordem coerente (LEFEBRE, 2010).

O rei francês Luís XVI, bem-intencionado mas indeciso, seria o último homem a confrontar qualquer crise, muito menos uma tão grave como a atravessada pela França em 1789. No século anterior, seu tetravô Luís XIV, o Rei Sol, fizera da França uma monarquia absoluta, com todos os poderes concentrados nas mãos do rei, e seu palácio em Versalhes como a corte mais sofisticada da Europa, um bastião do privilégio aristocrata (RUDE, 2007).

Luís XVI governava um país onde os nobres se recusavam a abrir mão de qualquer privilégio e os impostos eram pagos quase exclusivamente pelos camponeses oprimidos: na prática, a França estava falida. No final do século XVIII, a população da França estava crescendo rapidamente, mas, diferentemente da Inglaterra, não teve uma revolução agrícola e se manteve particularmente vulnerável a qualquer perda de safra, como as que aconteceram em 1787 e em 1788. Esses terríveis verões foram seguidos em 1788 e 1789 por um fortíssimo inverno, o que levou à fome em massa (SOBOUL, 2008).

Com uma crise financeira aguda, Luís tentou desesperadamente arrecadar fundos, enquanto preservava sua autoridade, convocando os assim chamados Estados Gerais, um corpo semiparlamentar que havia se reunido pela última vez em 1614. Este era constituído do clero, o primeiro Estado, dos nobres, o segundo; e dos comuns (essencialmente um tipo de burguesia, quase todos advogados), o terceiro. Os Estados-Gerais se reuniram em Versalhes em 5 de abril de 1789. Quase instantaneamente nobres e clérigos tentaram garantir que seu voto valesse mais que o dos comuns. Em resposta, no dia 17 de junho, os comuns declararam uma Assembleia Nacional, assumindo o poder em vez da Coroa. Em agosto, com levantes camponeses por toda a França rural, a Assembleia aboliu os impostos feudais e os privilégios aristocráticos e publicou aquilo que chamou de Declaração dos Direitos do Homem, listando liberdades fundamentais (DOYLE, 1989).

Em outubro de 1789, os eventos de repente se aceleraram quando uma vasta multidão, enraivecida pela falta de pão em Paris, desceu até Versalhes e obrigou, à força, a volta da família real a Paris, aproveitando para saquear o palácio. Naquilo que se tornaria um inquietante prelúdio da violência que viria a seguir, as cabeças cortadas dos guardas em Versalhes foram penduradas em estacas e perfiladas conforme Luís e sua família eram escoltados até a capital (FURET, 1989).

Em termos comparativos, foi razoavelmente fácil derrotar o governo real existente, mas se provaria infinitamente mais difícil estabelecer um novo governo. Supunha-se que um tipo de monarquia constitucional seria a solução mais óbvia. Assim, a França se encontrou espremida entre os que defendiam essa opção mais ou menos moderada e aqueles a favor de uma alternativa republicana mais radical (SCHAMA, 1989).

Apesar de nos principais aspectos o reino de Luís já parecer estar condenado, ele ainda não havia perdido a esperança de recuperar sua autoridade. Um grande número de aristocratas franceses emigrés - já havia deixado a França, temendo que a revolução a tivesse tornado insegura. Ao tentar

persuadir outros regimes europeus a Áustria acima de todos, cujo imperador era irmão da rainha francesa Maria Antonieta-, eles instigaram a oposição à revolução, mas seu principal impacto foi reforçar a determinação na França de ver a revolução chegar a bom termo (GODECHOT, 1989).

Em junho de 1791, Luís tentou escapar, mas foi interceptado perto da fronteira com a Holanda e trazido de volta a Paris, sob os gritos alegres de um povo cada vez mais violento e politizado, os sans-culottes, cujo nome remetia às suas calças rasgadas e puídas. Havia um enfrentamento cada vez mais hostil entre as facções políticas em Paris, como os girondinos e os mais extremistas jacobinos, que atraíram o apoio dos sans-culottes e do governo francês (HOBSBAWN, 2001).

Apesar da óbvia instabilidade, houve um progresso em direção a uma nova ordem social. Em setembro de 1791, foi proclamada uma monarquia constitucional. De forma similar, a posição privilegiada da Igreja foi acabada à força, se bem que isso também provocou levantes e violências duradouras. Igualmente crítica, a liberdade de imprensa foi garantida (DOYLE, 1999).

Ao mesmo tempo, a França revolucionária enfrentou uma ameaça externa da Áustria e da Prússia, ambas determinadas a reafirmar a primazia da monarquia hereditária e a prevenir tendências revolucionárias em seus próprios países. Em abril de 1792, a França declarou guerra às duas, uma guerra que continuaria, em diferentes disfarces, por 23 anos. Em agosto, as forças conjuntas da Áustria e da Prússia estavam a menos de 160 quilômetros de Paris (FURET, 1989).

Um tipo de histeria tomou conta da cidade. Uma turba atacou as Tuileries, onde a família real estava detida, matando sua Guarda Suíça. No mês seguinte, uma nova rodada de matanças, os Massacres de Setembro, foi direcionada a qualquer um suspeito de simpatia pela monarquia. Setembro de 1792 também marcou o estabelecimento da Convenção Nacional e da Primeira República Francesa, diretamente eleitas. Uma de suas primeiras ações foi julgar Luís XVI como traidor. Em janeiro de 1793, ele foi executado, uma das primeiras vítimas da guilhotina, considerada uma forma de morte compassiva e igualitária (HUNT, 1989).

O sentimento de crise continuou a crescer. Em abril de 1793, o Comitê de Segurança Pública foi criado para salvaguardar a revolução. Por quase um ano, sob o comando de um advogado provincial, Maximilien Robespierre, o mais influente dos agora poderosos jacobinos, ele quase se tornou o governo da França. Seu impacto na França, a despeito de curto, foi devastador. Isso foi o Terror. Movimentos contrarrevolucionários por todo o país foram cruelmente reprimidos, de forma mais clara na região de Vendée, a sudoeste, onde quase 300 mil morreram. As igrejas viraram alvos especialmente ricos. As vítimas do Terror eram cada vez menos o resto da aristocracia e cada vez mais qualquer um que Robespierre suspeitasse de pensamentos impuros. incluindo quase todos os seus oponentes políticos (MICHELET, 1989).

A busca determinada de Robespierre pela pureza revolucionária alcançou um inesperado clímax com sua criação. em 1794, de uma nova religião, o Culto do Ser Supremo. Ela deveria ser um foco de, e um estímulo para, virtudes patrióticas e revolucionárias, substituindo a superstição da Igreja católica por uma crença dedicada à razão, celebrando as leis naturais do universo. A megalomania

que sugeria contribuiu significativamente para sua abrupta queda, e no final de julho de 1794 Robespierre foi guilhotinado (HOBSBAWN, 2001).

Com o fim das matanças mais especificamente com o estabelecimento de um novo governo, o Diretório, ao final de 1795-, a ordem foi restaurada, sendo alcançada em parte pela disposição do Diretório de usar a força contra a turba de Paris, ordenada por Napoleão Bonaparte, então um jovem general no exército revolucionário (LEFEBVRE, 1989).

Além disso, o Exército da França, fortalecido por alistamentos obrigatórios em massa, estava revertendo antigas derrotas, aparentemente disposto a levar a revolução a novos territórios. Fortalecida, a França reforçou sua reivindicação daquilo que alegava ser suas "fronteiras naturais" no Reno, o que na verdade queria dizer uma audaciosa extensão do domínio francês sobre a Alemanha. Em 1797, ela havia imposto derrotas esmagadoras sobre a Áustria na Holanda e no norte da Itália. A França estava pronta para reafirmar o que via como sua supremacia natural na Europa (SOBOUL, 2008).

Qualquer que tenha sido a importância da Revolução Francesa, ela seguiu sendo o assunto de contínuo e intenso debate histórico. Suas metas nominais eram claras: o fim da monarquia repressiva e dos privilégios acumulados; o estabelecimento de um governo representativo; e a valorização dos direitos universais. Mas a realidade foi confusa e quase sempre violenta (DOYLE, 1999).

Além disso, em 1804, Napoleão trocara efetivamente uma forma de absolutismo por sua própria, embora muitíssimo mais eficiente que qualquer outra que a França já houvesse conhecido desde Luís XIV. Ainda assim, as consequências da revolução reverberaram até o século XX. Ela permanece um movimento icônico na crença de que a liberdade deve sustentar o mundo civilizado (RUDE, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há de se considerar que o grito por liberdade que ecoou nas estradas de Paris alterou o destino da humanidade. Os desejos por um mundo mais justo ousaram desafiar séculos de privilégio. Desta forma, uma nova maneira de pensar sobre poder, sociedade e direitos humanos foi criada. Rousseau e Robespierre influenciaram cabalmente os rumos da história local e global, por conseguinte pairou um novo movimento que busca dignidade e justiça.

REFERÊNCIAS

DOYLE, W. **A origem da Revolução Francesa**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

FURET, F. **Pensando a Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GODECHOT, J. **A Revolução Francesa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989.

HOBBSBAWM, E. **A era das revoluções**: 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

HUNT, L. **Política, cultura e classe na Revolução Francesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LEFEBVRE, G. **A Revolução Francesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

MICHELET, J. **História da Revolução Francesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RUDE, G. **A multidão na história: estudos dos movimentos populares na França e na Inglaterra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

SCHAMA, S. **Cidadãos: uma crônica da Revolução Francesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SOBOUL, Al. **A Revolução Francesa (1787-1799)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.